

Empresário
nega à CPI
acusação de
aliciamento 8

Gerardo Magela/Senado Federal



Em audiência presidida pelo senador Mozarildo (3º à esq.), especialistas concordam que fronteiras precisam de desenvolvimento

Debatedor
propõe agenda
positiva para
fronteira 8

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.536 – Brasília, quarta-feira, 5 de outubro de 2011



Congresso tem até dia 26 para chegar a acordo sobre *royalties*

Jonas Pereira/Senado Federal



Reunião de líderes com os presidentes da Câmara, Marco Maia, e do Senado, José Sarney (C): novo prazo pode evitar que impasse sobre *royalties* chegue à Justiça

Nova data foi definida em reunião de líderes com os presidentes do Senado e da Câmara

O Congresso decidiu adiar para o dia 26 a sessão que seria realizada hoje para analisar o veto do Executivo à Emenda Ibsen, que distribui os *royalties* do petróleo de forma equitativa entre os estados. Com isso, as bancadas dos estados produtores e não produtores ganham tempo para chegar a um acordo sobre o tema. 3

Gerardo Magela/Senado Federal



Enem não é para comparar escolas, diz ministro 5

Para Fernando Haddad (E), ao lado do senador Paulo Bauer e de Maria Nilene Costa, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é mais adequado

Aprovada divulgação de preços por unidade 6

Benefício a projetos da Sudam e Sudene 6

TCU defende mais rigor com gastos para Copa 7

Sindicalistas repudiam ação de bancos contra greve

Na Comissão de Direitos Humanos, eles avaliaram o recurso ao interdito proibitório como forma de criminalizar movimentos sociais legítimos. 4

Presidente da CDH, Paulo Paim (4º à dir.) coordena debate entre sindicalistas sobre a criminalização de movimentos sociais



José Cruz/Senado Federal

Francisco Dornelles, que presidiu a Comissão de Reforma Política, sugeriu referendo sobre as mudanças. Pedro Simon disse que houve ausência popular desde o início



Simon participa do quarto dia de discussão sobre propostas de mudança constitucional no sistema político-eleitoral

Senadores querem reforma política com participação

NO QUARTO DIA de discussão, em primeiro turno, de três das mais importantes propostas da reforma política, Francisco Dornelles (PP-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS) demonstraram preocupação com a ausência da população no debate.

Para contornar essa situação, Dornelles sugeriu um referendo popular sobre as mudanças no sistema eleitoral.

– Se nós vamos mudar, se nós vamos modificar o sistema de o povo escolher seus representantes, é justo que o povo seja ouvido se deseja esse sistema que lhe está sendo apresentado – afirmou o senador, que presidiu a Comissão de Reforma Política, da qual resultaram as proposições em análise no Plenário.

Por sua vez, Simon se disse pessimista com a modernização da política brasileira e apontou o risco de a reforma produzir uma legislação pior do que a que está em vigor.

– A Comissão de Reforma Política fez um belo trabalho, mas o povo não esteve presente. A sociedade não participou – disse.

O parlamentar elogiou a emenda que reduz de dois para um o número de suplentes com que cada senador é eleito.

– Em vez de dois suplentes, um só, e não pode ser parente, nem mulher, nem filho. Cá entre nós, é triste ter que colocar na Constituição algo que é da ética pessoal – lamentou.

Dornelles lembrou que a comissão fez um levantamento de

todas as propostas de reforma política que existiam no Congresso e contou que, na nova regra para suplência de senador, foi quase que uma unanimidade “a redução de três para dois candidatos, a decisão de que o senador substitui, mas não sucede, e a de que o senador não pode ter como suplente parente de primeiro grau”.

Paulo Bauer (PSDB-SC) considerou adequado reduzir o número de suplentes eleitos com cada representante para o Senado, elogiando a ideia de o suplente não poder assumir definitivamente o cargo do titular. Ele se manifestou também a favor da mudança da data de posse dos chefes do Poder Executivo.

CAE VOTA OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO

Em reunião extraordinária, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje três novos pedidos de autorização para empréstimos externos no total de mais de US\$ 300 milhões para investimentos no setor público. Uma das mensagens solicita autorização para operação junto ao Banco Mundial, no valor de até US\$ 175 milhões, em favor de programa rodoviário do Espírito Santo.

Plenário adia votação de medidas provisórias que trancam a pauta

Foi adiada pelo Plenário a votação das três medidas provisórias que trancam a pauta de votações – as MPs 536/11, 537/11 e 538/11 –, pois os relatores ainda não finalizaram seus pareceres. As votações de indicações de autoridades ficaram para hoje.

Com isso, o único item da pauta votado ontem, a pedido do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), foi o reque-

rimento solicitando urgência para votação do projeto de lei complementar da Câmara (PLC 77/11) aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que altera as regras do Simples Nacional (Supersimples).

O PLC 77/11 reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Supersimples a partir de 1º de janeiro de 2012.

Parlamentares homenageiam agentes de saúde

O Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde, comemorado ontem, foi destacado por Walter Pinheiro (PT-BA), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Wilson Santiago (PMDB-PB).

Pinheiro lembrou sua época como deputado, quando relatou a proposta que incluiu na Constituição a possibilidade de concurso público para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias no Sistema Único de Saúde (SUS).

– É um trabalho que começou como voluntário e que hoje é fundamental para a estruturação da saúde básica no país

– declarou o parlamentar.

Em aparte, Jayme Campos (DEM-MT) associou-se às homenagens e informou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove hoje audiência pública sobre a situação dos agentes de saúde e de endemias.

Cícero contou que foi o primeiro prefeito de João Pessoa a criar equipes de saúde da família. Deixou o cargo com 180 equipes trabalhando, disse. Para ele, o caráter preventivo do trabalho dos agentes de endemias e agentes comunitários é fundamental, sendo preocupante a iniciativa de alguns estados e municípios

de terceirizar a atividade.

Santiago destacou o papel dos agentes de saúde.

– Nós, que conhecemos de perto, sabemos a necessidade e a importância desse profissional, especialmente nas regiões mais pobres do país.

Ele ressaltou que é fundamental garantir salário justo para a categoria. O piso nacional dos agentes de saúde e de endemias foi aprovado ontem em comissão da Câmara e será votado no Plenário: R\$ 750 até agosto de 2012, quando passará para R\$ 866,89. O objetivo é chegar a dois salários mínimos em 2015.



Pinheiro saúda os trabalhadores



Cícero diz que terceirização preocupa



Santiago defende salário justo

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Constituição faz 23 anos

12h Discussão, em primeiro turno, das propostas de Emenda à Constituição 37/11, 38/11, 42/11 – reforma política – e 63/11 – pagamento de precatórios. Na hora do expediente, comemoração dos 23 anos da promulgação da Constituição federal e da criação dos estados do Amapá, Roraima e Tocantins.

Presidência Audiências e comemoração

11h José Sarney recebe o presidente da Câmara, Marco Maia, acompanhado do presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; às 11h30, os vice-presidentes administrativos de duas confederações de comércio; às 11h45, secretárias de Políticas para as Mulheres; às 12h, preside sessão extraordinária; às 14h30, participa da comemoração dos 23 anos da promulgação da Constituição.

CDH Programa do Banco do Brasil

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa reúne-se para votação de requerimentos, entre os quais o que solicita a realização de audiência pública para tratar dos efeitos e consequências do programa de demissão voluntária dos funcionários do Banco do Brasil.

CAS Incentivo ao trabalho do idoso

9h Programa de incentivo ao trabalhador com idade entre 40 e 55 anos está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais. Outro projeto suspende a aposentadoria por invalidez em razão de retorno à atividade. Às 10h30, debate sobre a situação dos agentes comunitários de saúde e de endemias no país.

CCT Código Florestal

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática discute o projeto de reforma do Código Florestal, com foco no tema “Instrumentos econômicos e serviços ambientais – modelos, tecnologias e soluções”. Entre os convidados, o chefe da Embrapa Meio Ambiente, Celso Manzatto.

CCJ Fim das coligações nas eleições proporcionais

10h Entre outros itens, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina projetos que permitem coligações apenas nas eleições majoritárias, além de emendas da Câmara dos Deputados a projeto que reabre o prazo para pedido de retorno ao serviço público dos servidores demitidos no governo Collor.

CAE Empréstimo externo

11h A Comissão de Assuntos Econômicos vota pedidos de autorização para operações de crédito externo no valor de US\$ 300 milhões.

Tráfego de Pessoas Reunião de trabalho interno

11h Reunião administrativa da Comissão Parlamentar do Tráfego Nacional e Internacional de Pessoas.

CMMC Dados sobre efeito estufa

14h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas debate dados atualizados sobre emissão de gases do efeito estufa. Depois, examina convite a pesquisador para falar sobre implicações do novo Código Florestal.

CMA/CRA/CCT Novo código

14h As comissões de Meio Ambiente, de Agricultura e de Ciência e Tecnologia realizam audiência pública para debater o Código Florestal.

Segurança Pública Recursos para a área

14h30 Reunião da comissão temporária para votar requerimentos e analisar a execução orçamentária de 2011 e a proposta orçamentária de 2012 do Ministério da Justiça na área de segurança pública.

CMO Verbas para órgãos do Executivo

15h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para votar projetos que autorizam a concessão de créditos para ministérios.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Crivella condena "massacre" aos estados produtores



Marcelo Crivella (PRB-RJ) apelou às lideranças partidárias e à presidente Dilma Rousseff para que o Congresso não vote de maneira "açodada" o projeto de lei de Wellington Dias (PT-PI) para redistribuição dos royalties do petróleo (PLS 448/11). O senador do Rio de Janeiro argumentou que é preciso encontrar uma fórmula que distribua os recursos para todos os estados sem "massacre" dos produtores.

Para Lindbergh, debate deve incluir pacto federativo



Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu que a discussão sobre os royalties seja ampliada para que o Congresso Nacional debata o pacto federativo. Contrário à troca dos atuais critérios de distribuição pelos que determinam a divisão do Fundo de Participação dos Estados (FPE), ele assinalou que os critérios distributivos do FPE já foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Ferraço elogia acordo para adiar data-limite



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) elogiou "o necessário, o inevitável, o adequado" adiamento da sessão do Congresso Nacional que apreciaria hoje o veto do governo à Emenda Ibsen.

Ele classificou a emenda como "absolutamente inconsistente, inconsequente, inconstitucional e ilegal". E defendeu a participação do governo para chegar a um acordo.

Eduardo Amorim: justiça social para futuras gerações



Eduardo Amorim (PSC-ES) propôs uma reflexão sobre a distribuição dos royalties do petróleo. Ele pediu que os parlamentares abram mão de "sentimentos pessoais" e se lembrem da promoção de justiça social a todos os cidadãos, em especial das gerações futuras.

Ele fez a declaração após o adiamento da votação do veto à Emenda Ibsen, que distribui os royalties de forma equitativa entre estados e municípios.

Data firmada em acordo de líderes passa a ser o novo prazo para votação do veto do Executivo à Emenda Ibsen; objetivo é conseguir consenso, evitando a disputa judicial entre União e estados produtores e não produtores

Congresso tenta chegar a acordo sobre royalties do petróleo antes do dia 26

LÍDERES PARTIDÁRIOS DO Senado e da Câmara definiram o dia 26 de outubro como data-limite para apreciação do veto do ex-presidente Lula à Emenda Ibsen, que prevê a distribuição dos royalties do petróleo segundo os critérios dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

A convocação do encontro foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney, em parceria com o presidente da Câmara, Marcos Maia.

Sarney havia marcado o exame da Emenda Ibsen para hoje, mas achou mais adequado que a continuação das negociações fosse fruto de consenso.

A intenção do presidente do Senado foi garantir que a decisão sobre a nova divisão de royalties preserve direitos e respeite os interesses do país.

Ele fez apelo ao diálogo e ao bom senso para evitar uma crise política nesse período em que a presidente Dilma Rousseff está fora do país. Alguns parlamentares registraram a importância dessa mediação para evitar confronto entre estados produtores e não produtores de petróleo.

O assunto merece tratamento suprapartidário, capaz de preservar os interesses da nação – disse Sarney, ontem, quando foi fechado o acordo para adiar a análise do veto.

Para votação das propostas que tratam do tema, será necessário, antes, votar três medidas provisórias, o que pode ser feito hoje.



Presidentes da Câmara, Marco Maia, e do Senado, José Sarney (ao centro), na reunião de ontem com os líderes partidários

– Nas próximas duas semanas vamos trabalhar na construção de uma proposta [de consenso]. Temos um acordo com a Câmara para que não sejam enviadas ao Senado mais medidas provisórias a fim de que não haja riscos de a pauta ser novamente obstruída – explicou o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

O senador Wellington Dias (PT-PI) disse que os parlamentares tentam evitar que a questão seja resolvida na Justiça.

– Se votarmos uma proposta que tenha maioria na Câmara e no Senado antes do dia 26, afastamos esse risco. Unanimidade não vai haver, mas é possível uma proposta que dê equilíbrio aos estados produtores – opinou.

Os representantes desses estados (Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, principalmente) têm avisado que irão à Justiça para derrubar a Emenda Ibsen, que altera os critérios de pagamento de

royalties também nos contratos em vigor, e não apenas em relação ao petróleo extraído da camada do pré-sal.

Alvaro Dias (PSDB-PR) apoiou o novo cronograma.

– Está de bom tamanho esse novo prazo, pois permite a busca do entendimento – disse.

Demóstenes Torres (DEM-GO) também aprovou.

– Agora, sim, nós vamos discutir – afirmou.

Francisco Dornelles (PP-RJ), por sua vez, criticou o posicionamento da União.

– A União criou um problema e agora quer resolver sem colocar recursos e sem abrir mão da receita das petroleiras, as quais estão ganhando rios de dinheiro – argumentou.

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), informou que foram formadas comissões para negociar. No Senado, o trabalho ficará com Wellington Dias, Francisco Dornelles e Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator do substitutivo.

Sarney pede aos líderes que evitem "politizar" o tema

O presidente do Senado, José Sarney, pediu ontem aos líderes dos partidos que evitem a "politização" em torno das negociações sobre a partilha dos royalties.

Ontem, os líderes partidários no Senado e na Câmara decidiram adiar a sessão do Congresso – inicialmente marcada para hoje – em que se votará o veto presidencial à Emenda Ibsen.

Na avaliação de José Sarney, não é hora de os estados se enfrentarem:

– As lideranças estão com a compreensão de que a questão é muito importante, está acima de interesses partidários e envolve a Federação. Por isso, não se pode politizar nem se aproveitar o momento para o enfrentamento entre os estados – afirmou Sarney.

Comissão adia decisão sobre projeto que envia recursos para Exército

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou decisão sobre projeto de Fernando Collor (PTB-AL) que destina receitas da exploração de recursos naturais para o Fundo do Exército, inclusive royalties do petróleo e do gás natural. A matéria (PLS

62/08) não foi votada por causa de um pedido de vista coletiva.

Um dos autores do pedido, Lindbergh Farias (PT-RJ) considerou conveniente adiar o exame porque a questão dos royalties do petróleo se encontra neste momento em

discussão em Plenário.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu vista para examinar o impacto da proposta sobre a distribuição das receitas obtidas pela exploração de minérios.

Pelo texto, o Fundo do Exército seria ainda beneficiado

com parte das compensações recebidas pela exploração de recursos hídricos para a geração de energia elétrica. Os royalties e as compensações teriam suas alíquotas majoradas para atender ao fundo e reforçar ações de segurança nacional.

Ana Amélia apoia adiamento da votação final

Ana Amélia (PP-RS) pediu a derrubada do veto à Emenda Ibsen e a "distribuição equânime" de royalties e da participação especial da exploração do petróleo entre os estados.

A senadora afirmou concordar com o adiamento da sessão do Congresso Nacional para análise do veto, se isso auxiliar na busca de um entendimento para aprovar uma legislação que não seja questionada judicialmente.

– É preferível esperar uma semana ou duas a tomar uma decisão apressada que possa provocar a judicialização.

Arruda sugere que se vincule parte dos recursos à saúde

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu a destinação à saúde de parte do dinheiro obtido com a exploração do petróleo do pré-sal.

– É preciso vincular os recursos do petróleo do pré-sal ou irão parar em fundos externos que farão a graça da banca internacional ou serão utilizados sem critérios por parte dos gestores Brasil a fora.

O senador também falou dos 58 anos da Petrobras.

Para Vanessa, regulamentação do FPE é urgente

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) alertou para a necessidade de regulamentar o Fundo de Participação dos Estados (FPE), além dos critérios de distribuição. O fundo e os critérios foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo a decisão do STF, o fundo vale até 31 de dezembro de 2012.

– Devemos enfrentar o debate. Do contrário, o Supremo irá legislar em nosso lugar.

A senadora citou seu Projeto de Lei do Senado 192/11, com novas regras para a distribuição do FPE.

Flexa defende "discussão séria" sobre partilha

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) citou uma pesquisa do Ibope que apontou índice de confiança de 35% no Congresso. Para ele, os parlamentares devem adotar ações que aumentem a credibilidade de seu trabalho, incluindo discussão séria sobre a divisão dos royalties.

– É impossível a estados e municípios absorver obrigações de saúde, educação, segurança e infraestrutura quando os recursos estão presos no governo central.

Uso do interdito proibitório por parte dos bancos foi condenado como criminalização de um movimento legítimo. Ele é legal e está correto, contrapõe Demóstenes Torres

Sindicatos condenam uso de instrumento judicial em greve

EM MEIO À greve nacional dos bancários, que já dura oito dias, vários bancos têm recorrido a um instrumento judicial – o interdito proibitório – para afastar os grevistas das agências e mantê-las em funcionamento. O mecanismo foi criticado por representantes de entidades sindicais em audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Eles argumentam que, além de prejudicar a ação dos grevistas, tal instrumento representa mais uma forma de criminalização dos movimentos sociais.

Em termos legais, o interdito proibitório pode ser definido, de forma simples, como ação preventiva para evitar ameaças à propriedade de alguém ou de uma empresa.

Entre os que criticaram esse instrumento, está Rumiko Tanaka, integrante da diretoria da União Geral dos Trabalhadores. Ela disse que o interdito proibitório vem sendo utilizado “como se os bancários em greve estivessem destruindo as agências”. Já Ubiraci Dantas, membro da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, declarou que “isso é um instrumento dos ricos para impedir que os trabalhadores lutem por seus direitos”.

Paulo Paim (PT-RS), que solicitou a audiência, também criticou a forma como tal recurso vem sendo utilizado. Em 2007, ele apresentou projeto (PLS 513/07) que impede o seu uso “se o movimento grevista for pacífico”. O argumento oferecido por ele foi o mesmo da deputada federal

Erika Kokay (PT-DF): para ambos, o interdito “impede a livre manifestação dos bancários”.

O contraponto a essas opiniões foi dado pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO). Ele destacou a legitimidade dos movimentos sociais, mas afirmou que o uso desse instrumento “está previsto em lei e é correto”.

– É uma forma de prevenção que pode evitar um conflito maior e até atos de violência, pois, após uma invasão, pode haver confrontos com a polícia.

Para Demóstenes, “é preciso respeitar as leis para que os movimentos sociais não percam sua legitimidade; e, se há normas que privilegiam os ricos, conforme se disse nesta audiência, então se deve lutar pela sua reforma”.



Márcia Kallume/Senado Federal

Ana Amélia afirma que a guerra contra as drogas só será vencida com mobilização

Senado quer sugestões da sociedade contra as drogas

A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros quer discutir com a sociedade sugestões de 32 especialistas para enfrentar o avanço das drogas. As contribuições, reunidas em audiências públicas dos últimos seis meses, estarão na internet nos próximos dias. Os internautas poderão opinar e sugerir.

Foram reunidas 41 propostas de especialistas, em três áreas: ações sociais e prevenção ao uso de drogas; segurança pública e legislação; e saúde pública e tratamento. Para Ana Amélia (PP-RS), vice-presidente da subcomissão, o Brasil só vencerá

a guerra contra as drogas se mobilizar a sociedade.

– Vamos colocar no *hotsite* todo o elenco de sugestões bem sintéticas, nas três áreas e em todos os ângulos que examinamos – explicou a senadora.

A subcomissão, presidida por Wellington Dias (PT-PI), aprovou ontem requerimento de Ana Amélia para audiência pública sobre conclusões da comissão externa da Câmara que analisou políticas sobre drogas adotadas em Portugal, Holanda e Itália, além da política brasileira. O debate será amanhã e terá como convidado o relator da comissão, o médico e ex-deputado federal Germano Bonow.

Ana Amélia pede mais recursos para comunidades terapêuticas

Vice-presidente da subcomissão sobre dependentes, a senadora Ana Amélia (PP-RS) criticou o governo pela falta de “transversalidade nas questões referentes aos dependentes químicos” e pelo problema ser tratado mais como de segurança do que de saúde pública. Ela defendeu a ampliação do financiamento governamental às entidades que prestam assistência a dependentes.

– Cerca de 80% dos dependentes são assistidos por comunidades terapêuticas, que são entidades privadas, a maioria religiosa. Elas seguem regras como se fossem instituições de saúde, mas deveriam ser vistas como entidades de ação social, pois são responsáveis pela ressocialização das pessoas – afirmou.

A parlamentar destacou a importância do trabalho dessas entidades como essenciais para evitar o retorno às drogas, especialmente de pessoas que se submeteram a internações.

A senadora também apontou a falta de políticas de prevenção pelo Ministério do Trabalho e de ações conjuntas com as centrais sindicais.

– Existem problemas de drogas no trabalho – frisou, ao citar experiências bem-sucedidas realizadas pela Petrobras e pela Federação de Indústrias do Rio Grande do Sul, em campanhas de combate à dependência.

Ana Amélia lembrou ainda as crianças do meio rural que estudam em escolas urbanas. Como não são acompanhadas no deslocamento às aulas, explicou, tornam-se alvo dos traficantes.



José Cruz/Senado Federal

Paulo Paim (3ª à esq.) requereu o encontro e é autor de projeto que proíbe o interdito em movimento pacífico

Movimentos sociais denunciam atentados

Várias denúncias de atentados contra integrantes de movimentos sociais foram feitas ontem em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). A audiência foi solicitada pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

Em uma das denúncias, Edson Francisco, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), afirmou que dois homens tentaram assassiná-lo no dia 6 de setembro, após invadirem sua casa, na cidade-satélite de Brazlândia, Distrito Federal. Ele contou que vários tiros foram disparados, sendo que um o atingiu de raspão. Edson mos-

trou a cicatriz e fotos de sua casa atingida pelos tiros.

Para os participantes do debate, casos como esse seriam reflexo da “criminalização dos movimentos sociais” no país.

Gupo de extermínio

Além dessa e de outras denúncias de atentados contra integrantes de movimentos sociais, a advogada Sandra Paulino pediu que seja “federalizada” a investigação da morte do soldado Júlio César de Lima, da Polícia Militar de São Paulo, que denunciou a existência de um grupo de extermínio na PM de seu estado. Sandra Paulino, que está sob proteção, era a advogada de Júlio César.

– Venho falando desse grupo de extermínio há 16 anos. E tenho, por isso, vários processos contra mim – protestou.

Ao reiterar o pedido de que a investigação passe ao âmbito federal, Sandra disse que a PM de São Paulo não estaria realizando a devida apuração do crime, ao contrário do que informa a corporação.

Paim declarou que vai encaminhar as denúncias apresentadas ontem ao Ministério da Justiça.

Também participaram da audiência os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Lídice da Mata (PSB-BA) e Marinor Brito (PSOL-PA) e os deputados federais Chico Alencar (PSOL-RJ) e Erika Kokay (PT-DF).

Espancamento de homossexuais indigna Marta

Marta Suplicy (PT-SP) expressou sua indignação por mais um espancamento, classificado por ela de odioso, de dois jovens homossexuais em São Paulo. O casal gay foi espancado, xingado e insultado no fim de semana, quando deixava

um bar perto da avenida Paulista, onde já ocorreram casos semelhantes. Um dos rapazes teve fratura grave na perna.

Relatora do PLC 122/06, que criminaliza a homofobia, a senadora disse que um novo texto está sendo elaborado,

de maneira que se consiga a aprovação definitiva.

– Queremos aprovar uma lei que puna de forma mais severa esses atos de violência e homicídios que estão ocorrendo no país em relação aos homossexuais – disse.

Cracolândia: Suplicy elogia iniciativa do TJ-SP

Eduardo Suplicy (PT-SP) apontou a iniciativa do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) de montar um posto na Cracolândia, no centro de São Paulo, para combater o envolvimento de crianças e adolescentes com as drogas. Os juízes acompanharão menores que vivem nas ruas para decidir se deverão ser internados em clínicas de tratamento para dependentes, encaminhados a abrigos ou mandados de volta à casa de suas famílias. Suplicy considerou a atitude louvável e se ofereceu, caso não haja impedimento, para colaborar com o grupo um dia.

O senador elogiou entrevista do coordenador do projeto,



Waldemir Borretto/Senado Federal

Eduardo Suplicy considera louvável atitude de desembargador

desembargador Antonio Carlos Malheiros, ao portal Terra. Em declarações “sensatas e esclarecedoras”, o magistrado explicou que a internação será a última opção, porque o tribunal é contrário à internação compulsória generalizada. Os primeiros passos serão manter contato com as crianças e adolescentes, verificar quem são, onde moram, há quanto tempo estão nas ruas e se as famílias estão dispostas a ajudar em sua recuperação.

Para avaliar qualidade do ensino público, Fernando Haddad acredita que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é critério mais apropriado

As notas do Enem não servem para comparar escolas, diz ministro

OS INDICADORES DO Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não são adequados para comparar a qualidade das escolas públicas. A afirmação foi feita pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, que participou ontem de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Para o ministro, a comparação feita com base nos dados do Enem é "injusta", uma vez que há variáveis que não são consideradas nas notas divulgadas. Por exemplo, as escolas particulares investem de três a dez vezes mais

por aluno do que as públicas. Para ele, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é mais apropriado para avaliar as escolas de ensino médio.

Um exemplo dessa distorção foi relatado pela senadora Ana Rita (PT-ES). O seu estado ficou em último lugar na pontuação do Enem, mas isso não significa que as escolas públicas sejam desqualificadas. A média das notas distorce os resultados, uma vez que não é considerado o número de alunos de cada escola que participam do exame. Apesar de reconhecer que

as escolas públicas precisam de investimentos, ela disse estar preocupada com a divulgação de índices que penalizam as escolas públicas.

A presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e secretária de Educação do Mato Grosso do Sul, Maria Nilene Badeca da Costa, ressaltou que o Enem oferece oportunidade de acesso ao ensino superior e seus resultados são utilizados para avaliar o ensino médio em cada estado. Para ela, isso possibilita a aplicação mais adequada das políticas públicas.

Mas Nilene também discorda do uso dos indicativos do exame para comparar escolas, já que o mesmo é opcional.

Ao processar os índices alcançados no Enem pelos alunos de escolas públicas e privadas, constata-se que a diferença entre elas é de um ponto percentual, o que "não é uma tragédia", ressaltou o senador Paulo Bauer (PSDB-SC). Na avaliação dele, o avanço na educação depende de políticas de Estado apartidárias. O requerimento para o debate foi de Paulo Bauer e de Cristovam Buarque (PDT-DF).

Senador propõe ensino médio em turno integral

O ensino médio em tempo integral, com professores em dedicação exclusiva, poderá contribuir para modificar o interesse pela educação por parte de alunos e professores, avaliou o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Ele disse que, nas localidades onde existem exemplos de turno integral, houve mudanças significativas na motivação.

Para Maria Nilene da Costa, do Consed, a implantação de escolas de nível médio em turno integral vai gerar aumento no custo da educação, em razão do incremento na estrutura da escola e na alimentação escolar. Apesar disso, afirmou ela, o resultado é positivo.

Em sua participação na audiência da CE, o ministro Haddad ainda pediu aprovação do projeto de lei (PLS 78/11) que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Ele disse que o estudante deve concluir o ensino médio e ter a oportunidade de cursar a educação profissional ou de ingressar na universidade. Assim, observou, o jovem estará apto a colaborar com o desenvolvimento do país.



Fernando Haddad (E), senador Paulo Bauer e Maria Nilene da Costa, presidente do Consed: além de ser opcional, muitas variáveis não são medidas pelo Enem

Mário Couto: Projovem acaba devido à corrupção

Mário Couto (PSDB-PA) se disse estarrecido com a notícia do fim do Projovem, programa federal voltado para a inclusão de jovens. Para o senador, o programa acabou devido "à corrupção que se alastra e corrói a sociedade brasileira", por descontrole financeiro e ineficiência administrativa.

Uma das vertentes do programa, o Projovem Urbano, gastou R\$ 1,6 bilhão em seis anos e formou pouco mais de 200 mil jovens, menos da metade dos inscritos, disse Mário Couto. Já o Projovem Campo só diplomou 1% dos 59 mil jovens matriculados.

O senador disse ainda que a maior parte das prestações de contas do programa ainda não foi analisada e que os gastos totalizam mais de R\$ 3 bilhões.



O senador disse que o programa gastou bilhões e formou poucos



Segundo a parlamentar, os projetos atuais causariam aumento de juros

Marta Suplicy: trabalhador deve ser sócio do FGTS

Marta Suplicy (PT-SP) pediu ontem apoio para sua proposta (PLS 580/11) de estabelecer critério de distribuição do resultado do exercício financeiro para as contas vinculadas dos trabalhadores.

— O trabalhador passaria a ser sócio do fundo e não somente quem retira o dinheiro quando precisa — defendeu, em Plenário.

Para a senadora, as demais propostas em tramitação no Congresso Nacional para aumentar a rentabilidade do FGTS provocariam o aumento da taxa de juros das parcelas cobradas do trabalhador para aquisição da casa própria.

Marta afirmou que, se sua proposta já estivesse sendo aplicada, os trabalhadores já estariam recebendo sua parte no lucro referente às contribuições.

Valadares pede prioridade à PEC do São Francisco

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) fez um apelo à Câmara dos Deputados pela aprovação da PEC 524/02 (PEC 27/01 no Senado), que institui o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco.

A PEC, aprovada pelo Senado e encaminhada à Câmara em 2002, aguarda votação há quase nove anos. Segundo o senador, a matéria já foi aprovada em todas as comissões pelas quais passou, faltando apenas a inclusão na pauta do Plenário. A PEC cria um fundo que destina cerca de R\$ 300 milhões por ano, durante 20 anos, para o financiamento de projetos de reflorestamento das margens do rio, recuperação do leito e combate à erosão e ao assoreamento.



O projeto defendido por Valadares aguarda votação na Câmara há 9 anos



Mortalidade de motociclistas aumentou muito nos últimos 15 anos

Davim quer tributo para a saúde sobre a venda de motos

A criação de um tributo para financiar ações da área de saúde, a ser cobrado sobre a venda de motocicletas, foi defendida ontem por Paulo Davim (PV-RN). O senador citou dados divulgados pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre acidentes envolvendo motociclistas para justificar sua proposta.

Segundo o ministro, o índice de mortalidade entre usuários de motocicletas aumentou nove vezes nos últimos 15 anos. Em 2010, foram 145 mil vítimas, cujas internações custaram ao país R\$ 187 milhões — 45% dos gastos do ministério com atendimento a acidentados.

Paulo Davim destacou ainda que as motocicletas respondem por mais de 60% das solicitações de seguros de acidentes, embora correspondam a 1/3 da frota.

Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou ontem proposta que amplia até 2018 o prazo para concessão de incentivos a projetos nas áreas de atuação das superintendências

Sudam e Sudene podem ter incentivos prorrogados

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 349/11, que prorroga até 31 de dezembro de 2018 os incentivos fiscais a projetos na área de atuação das superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam).

De autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o projeto concede redução de 75% do Imposto de Renda e

adicionais às pessoas jurídicas que tenham protocolizado e aprovado, até 31 de dezembro de 2018, projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação no âmbito das duas superintendências, desde que considerados prioritários para o desenvolvimento regional em ato do Poder Executivo. A redução será calculada com base no lucro da exploração.

O projeto, que altera os artigos 1º e 3º da Medida Provisória

2.199-14/01, ainda será examinado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto original prorrogava os incentivos até 31 de dezembro de 2073. Ao relatar a matéria, Ana Amélia (PP-RS) observou que a norma precisava estar adequada à Lei Orçamentária de 2010 – limita a cinco anos o prazo de vigência de projetos editados no exercício de 2011 e que concedam renúncia de receita da União.



Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino e Anibal Diniz na CMA

Projeto que obriga divulgação de preço unitário vai à Câmara

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou, em decisão terminativa, projeto que obriga os comerciantes a divulgar o preço unitário do produto que está sendo oferecido ao mercado. Esse preço unitário poderá corresponder à unidade por massa, volume ou qualquer outro padrão aplicável ao produto.

Apresentado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto (PLS 64/10) vai ser

agora analisado pela Câmara dos Deputados. Na opinião do autor, a omissão do peso unitário é uma prática "abusiva" destinada a induzir o consumidor a realizar compra às cegas.

"O aparente baixo valor, nas prateleiras, pode ocultar a prática de preços altíssimos, se considerados por quilo, litro ou metro", argumenta Crivella. Outro problema seria comparar preços de diferentes fabricantes e com diferentes quantidades na embalagem.

Donos de carros com seguro poderão escolher oficina

Proprietários de automóveis protegidos por seguro poderão escolher a oficina mecânica para reparo de seu veículo em caso de acidente, conforme projeto (PLC 14/11) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

A matéria, de autoria do deputado Pepe Vargas (PT-RS), voltará à Câmara porque os senadores incluíram uma

emenda para estabelecer os valores cobrados como limite para os orçamentos de reparo.

O projeto proíbe cláusula contratual no seguro que impeça ou restrinja o direito de escolha. A condição para a livre escolha é que o preço orçado não ultrapasse "os valores de mercado" ofertados pelas empresas autorizadas pelo fabricante. Isso foi previsto em emenda da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Desativação de atividade radiativa deve sofrer controle

Os limites permitidos de emissão de radiação deverão ser observados quando uma instalação radiativa encerrar suas atividades. A determinação consta de projeto de lei da Câmara (PLC 141/10) aprovado ontem pela CMA e enviada à análise da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), para decisão terminativa.

Pela proposta, após o encerramento das atividades a dose de radiação residual

anual não pode ultrapassar a um milisievert (mSv) – unidade usada para medir o impacto da radiação no corpo humano. Exposição em doses acima do recomendado pode causar câncer e outras anomalias congênitas.

De acordo com o projeto, o responsável pela instalação deverá pedir autorização à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) para encerrar suas atividades.



Texto de Vanessa Grazziotin (na foto, com Benedito de Lira) reduz em 75% o Imposto de Renda e adicionais de empresas

Comissão aprova zona de exportação no Piauí

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto (PLS 468/11) que autoriza o Poder Executivo a criar zona de processamento de exportação (ZPE) nos municípios piauienses de Eliseu Martins e Pavussu.

As ZPEs são áreas de livre comércio destinadas à instalação de empresas que fabricarão produtos para o exterior.

O autor da proposta, Ciro Nogueira (PP-PI), avalia que isso permitirá o escoamento das riquezas do Nordeste por ferrovia, de forma mais econômica do que o transporte rodoviário.

O projeto, que será examinado em decisão terminativa

na Comissão de Assuntos Econômicos, teve Wilson Santiago (PMDB-PB) como relator. Ele disse que a discussão sobre a criação de ZPE no Brasil remonta à década de 1980, quando 17 delas foram criadas mediante decreto presidencial, embora nunca tenham chegado a entrar em operação.

Santiago também ressaltou que o Senado, a respeito dos projetos de lei autorizativa, ainda adota entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de que esse tipo de proposição não sofreria, em princípio, vício de iniciativa.

O senador lembrou que, em função de requerimento da

Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a CCJ já aprovou parecer de Randolfe Rodrigues (PSOL-PA) pela inconstitucionalidade de projetos de lei autorizativa. A matéria ainda não foi aprovada pelo Plenário.

Requerimentos

Na reunião, a comissão aprovou requerimentos de audiências públicas. O primeiro, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), pede debate sobre os acidentes aéreos no Brasil. O segundo, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), prevê discussões sobre desenvolvimento autossustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Vanessa Grazziotin • José Sarney • Geovani Borges • Cícero Lucena • Marcelo Crivella • Paulo Paim • João Vicente Claudino

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Plenário decidirá quem vai ocupar vaga do Senado no CNMP

O Plenário vai decidir quem integrará o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pelos próximos dois anos na vaga cujo preenchimento cabe ao Senado: o consultor legislativo Fabiano Augusto Martins Silveira ou o juiz auditor da Justiça Militar da União José Barroso Filho.

Os dois foram sabatinados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tiveram as indicações aprovadas, embora Demóstenes Torres (DEM-GO) e Pedro Taques (PDT-MT) tenham alegado inconstitucionalidade na indicação de José Barroso Filho.

A alegação foi baseada no artigo 130-A da Constituição, segundo o qual cabe ao Senado

indicar, entre os 14 membros do CNMP, um cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada – a indicação de juízes seria, segundo eles, competência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), concordou com a observação dos dois senadores, mas afirmou que a declaração de inconstitucionalidade deveria ter sido levantada na semana passada, quando a indicação foi lida na comissão. A mesma opinião teve Marcelo Crivella (PRB-RJ), relator das duas indicações, embora tenha concordado com a inconstitucionalidade da indicação de Barroso Filho.



José Barroso Filho (E) e Fabiano Silveira em sabatina na CCJ, presidida por Eunício Oliveira (C)

Humberto quer manutenção de poderes do Conselho de Justiça

Humberto Costa (PT-PE) é favorável a que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mantenha seu papel de órgão de correição, investigação e fiscalização do Poder Judiciário.

Para o senador, se o Supremo Tribunal Federal (STF) entender

que o poder correicional investigativo do CNJ é inconstitucional, o Congresso Nacional terá a obrigação de torná-lo constitucional.

Humberto lembrou que o STF está prestes a julgar as atribuições do CNJ, em ação direta de inconstitucionalidade (ADI) movida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Ele manifestou apoio a Eliana Calmon, corregedora-geral do conselho, que defendera com veemência a manutenção das funções atuais do órgão.

Humberto Costa afirmou que o CNJ, criado em 2004, é um marco da democracia porque fiscaliza e corrige “o trabalho dos juízes que não se pautam pela ética”.



Humberto Costa fala sobre risco de CNJ perder papel de investigação

Presidente do BB será ouvido sobre transferência de operações

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) vai ouvir o presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, sobre informações de que a instituição transferiu, de Brasília para São Paulo, pelo menos um terço da área financeira e cerca de 2 mil funcionários. O requerimento é de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que preside a comissão.

A CMA aprovou outros quatro requerimentos de debates. Um deles é para ouvir o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, sobre denúncias acerca de demissões no frigorífico JBS. O banco tem participação acionária no JBS, como destaca Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) no requerimento.

A pedido de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a comissão

vai debater as ações governamentais em razão da Copa do Mundo. Entre os convidados, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol e do Comitê Organizador Local da Copa de 2014, Ricardo Teixeira.

Outro requerimento de Rollemberg aprovado é de audiência para debater as propostas que o Brasil vai levar para a COP-17, próxima convenção climática patrocinada pela ONU, que acontecerá no final deste ano, em Durban, na África do Sul.

Rollemberg assina ainda proposta para debate sobre o impacto do Código Florestal sobre as atividades dos produtores de café. A reunião será em conjunto com as comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA).



Marcelo Aragão (E), do TCU, e Valdir Teixeira, da CGU, ouvem a senadora Lídice da Mata na audiência pública realizada ontem

Transparência dos gastos da Copa deve ser ampliada

Representantes do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União defendem maior controle pelos órgãos fiscalizadores e pela própria sociedade

A SUBCOMISSÃO DA Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 fez ontem audiência pública para aprofundar o debate sobre gastos nos dois maiores eventos esportivos dos próximos anos. Participaram representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU).

O chefe do Serviço de Redes de Controle do TCU, Marcelo Chaves Aragão, afirmou que o tribunal criou um portal de fiscalização que reúne o seu próprio trabalho e o dos tribunais de contas de estados e municípios. Ele assinalou ainda que muitos projetos não estão incluídos na matriz de responsabilidade, que é o instrumento oficial de transparência e gestão para o acompanhamento dos gastos.

Aragão destacou também o relatório que o TCU tem atualizado mensalmente e vem servindo como fonte de consulta para os gestores de ministérios sobre liberação de recursos e andamento das obras. Segundo ele, o tribunal tem recomendado e alertado o governo, especialmente os ministérios do Esporte, do Planejamento e Gestão e a Casa Civil, para a necessidade de fomentar a transparência e permitir maior controle dos órgãos fiscalizadores e da própria sociedade.

O representante do TCU citou ainda um acórdão recente em que o tribunal, para evitar problemas que ocorreram nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro de 2007, recomenda que ao final dos eventos esportivos o governo dê total transparência aos gastos, tanto do setor público quanto do privado.

Ele explicou que a atuação fiscalizatória do TCU é limitada à gestão da Copa pelo Ministério do Esporte e demais ministérios, aplicação de recursos federais e obras dos portos e aeroportos, atuação dos agentes financeiros federais, cooperação com o Ministério Público Federal e os tribunais de contas dos estados e municípios no caso de obras estaduais ou municipais, obras de arenas e mobilidade urbana. O TCU, disse Aragão, não analisa a legalidade de licitações e de contratos das obras públicas ou dos processos de parceria público-privada (PPP).

Sem parar as obras

O secretário federal de Controle Interno da CGU, Valdir Agapito Teixeira, explicou que o Portal da Transparência relaciona obras e os seus responsáveis, relatórios de acompanhamento, compras e serviços. As informações para abastecer o portal da CGU são enviadas pelos responsáveis pelas obras da Copa. Ele salientou que a CGU tem realizado uma intervenção preventiva, antes ou durante a execução da obra.

– A ideia não é paralisar obra, tanto é que não há nenhuma obra paralisada por ação da CGU. Acho que esse é um êxito, tanto nosso quanto do Ministério Público Federal, de tentar corrigir esses empreendimentos com as obras em andamento e apoiar o fornecimento de informações – disse.

Zeze Perrella (PDT-MG) manifestou a sua preocupação com o pós-Copa, pois os clubes brasileiros não terão condições de custear a manutenção das arenas que estão sendo construídas, como aconteceu na Espanha.

Lídice: avança o controle das contas públicas

Lídice da Mata (PSB-BA), que é presidente da Subcomissão da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, disse que o debate realizado ontem demonstrou que o Brasil tem avançado no controle das contas públicas e atua preventivamente em relação à Copa.

– Este pode ser um legado da Copa: o conjunto de mecanismos de controle voltados para a prevenção – afirmou.

A senadora elogiou o trabalho de consultoria que o TCU vem prestando ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ela informou também que o site da CGU voltado para a Copa 2014 tem registrado quase 50 mil acessos por dia.

Para Lídice, a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil não pode ser vista como a solução para todos os problemas do país, mas também não merece ser vista com a desconfiança que vem recebendo de muitos críticos.

A parlamentar ainda parabenizou a Petrobras, que ontem completou 58 anos. Segundo Lídice, a empresa vem conquistando cada vez mais espaço internacional e pode crescer ainda mais com as reservas de petróleo na camada pré-sal.

– A Petrobras representa o povo brasileiro, por sua independência e soberania – afirmou a senadora.

Bauer cobra agilidade em obras de Santa Catarina

Paulo Bauer (PSDB-SC) cobrou do governo federal mais agilidade na execução de obras de infraestrutura consideradas fundamentais para o desenvolvimento das regiões norte e nordeste de Santa Catarina.

De acordo com o senador, três cidades dessas regiões – Joinville, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul – consideradas como exemplo de cidades médias que conseguiram sucesso econômico

em avaliação da revista *Exame* – não têm mais condições de continuar a se desenvolver sem eliminar gargalos em sua infraestrutura de transporte. Bauer citou a BR-282, que, segundo ele, precisa ser urgentemente duplicada.

O senador disse que o estado precisa também da duplicação da BR-470 e da conclusão da duplicação da BR-101, além de obras de infraestrutura em

portos e aeroportos para continuar sendo “um bom exemplo de sucesso e um exemplo de contribuição efetiva para o engrandecimento do Brasil”.

Paulo Bauer informou que o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, reuniu-se, semana passada, com o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe, para tratar do assunto.



Senador Mozarildo (3º à esq.) preside audiência com representantes do governo, na Comissão de Relações Exteriores

Fronteira precisa de agenda positiva, afirma especialista

O PAÍS DEVE evitar a “armadilha” de identificar suas áreas de fronteira apenas como regiões de criminalidade, recomendou ontem o assessor especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alberto Kleiman. Em audiência pública promovida pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ele alertou para a necessidade de estimular o desenvolvimento nas áreas próximas aos países vizinhos.

Segundo o assessor, tem prevalecido em relação às áreas de fronteira a percepção de uma agenda negativa, que inclui a criminalidade e a depressão econômica de vastas regiões “historicamente relegadas” pelo poder público. Ele recordou que uma das prioridades do governo federal é a integração regional, que passa justamente pelas fronteiras. Lamentou, porém, a marginalidade do tema na agenda política nacional.

O assessor especial apoiou ainda a proposta do alto representante-geral do Mercosul,

embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, de destinar mais recursos ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), que visa estimular o desenvolvimento das regiões mais pobres do bloco.

– A única forma de a América do Sul se desenvolver é de forma integrada. O foco só em problemas de segurança não é um sinal positivo. É preciso pensar em integração e desenvolvimento, para os quais precisamos de mecanismos integrados, como a ampliação do Focem – afirmou.

O presidente da subcomissão, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), concordou com a necessidade de retirar das regiões de fronteira o “estigma” da criminalidade. Atualmente, reconheceu, a fronteira é vista como um “lugar de bandalheira”. O senador observou ainda que os reflexos do descaso com essas regiões são percebidos nos grandes centros.

– A droga que chega aos grandes centros vem de onde? As armas vêm de onde? – acentuou, lembrando ainda o problema de contrabando de gasolina da Venezuela e de diamante para a Guiana.

Organizações criminosas atuam nessas regiões

O diretor do Departamento de Inteligência Estratégica da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Luiz Alberto Santos Sallaberry, disse que a criminalidade na fronteira não acabará em curto prazo. Ele ressaltou, porém, o sucesso de iniciativas recentes do governo federal, como a Operação Ágata.

– Estamos começando a conhecer o *modus operandi* das organizações criminosas que atuam nessa área. As duas primeiras fases da operação [Ágata] já mostram acerto. Precisamos ter uma presença do Estado mais firme e perene nessas regiões – afirmou.

O diretor do Departamento de América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores, Clemente Baena Soares, informou que o Brasil já firmou acordos para a criação de comitês de fronteira com todos os países vizinhos, à exceção do Suriname.

Representação Brasileira quer acordo no Parlasul

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) está disposta a buscar acordo em torno de mudanças no Regimento Interno do órgão legislativo regional. O objetivo é contribuir para a retomada das sessões parlamentares, interrompidas no final de 2010.

Segundo a consultora do Senado Maria Cláudia Drummond, o presidente da representação, senador Roberto Requião (PMDB-PR), e o vice-presidente brasileiro do Parlasul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), pensam em sugerir aos demais países que a mudança nas maiorias neces-

sárias à aprovação de matérias – ponto principal da alteração – seja implantada em caráter provisório, por até um semestre. Depois, poderia ser promovida uma reforma mais detalhada.

A Mesa Diretora do Parlasul tem reunião prevista para esta semana, em Montevidéu.

Parlamentares de Mato Grosso debatem interesses do estado na política nacional

Em debate no programa *Assunto de Estado*, transmitido pela TV Senado e pela Rádio Senado na segunda-feira, os três senadores de Mato Grosso discutiram questões relacionadas ao agronegócio no estado. Blairo Maggi (PR), Jayme Campos (DEM) e Pedro Taques (PDT) defenderam um Código Florestal que equilibre a proteção do meio ambiente com a vocação agropecuária de Mato Grosso. As obras de logística e a divisão de recursos no pacto federativo também foram temas extensamente debatidos por eles.

Jayme Campos mostrou preocupação com os incêndios de florestas em Mato Grosso. Na sua avaliação, o corpo de bombeiros deveria ter ajuda da Força Nacional no combate ao

fogo. Pedro Taques argumentou que o aumento da consciência e a busca de novos mercados reduz as queimadas e o desmatamento, e pediu mais ações preventivas. Para Blairo Maggi,

que comemorou a redução do desmatamento na Amazônia, os incêndios resultam em prejuízo aos produtores rurais.

Os três senadores defenderam a aprovação de um Código

Florestal com regras claras para o setor, sem criminalizar o agronegócio.

Blairo Maggi destacou os benefícios da Lei Kandir para estimular a economia do seu

estado, condenando afirmações de que a desoneração fiscal favorece produtores que agredem a natureza. O senador se disse contra o fim da chamada “guerra fiscal”, enquanto Pedro Taques defendeu um pacto federativo que incluía a discussão sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo e o Fundo de Participação dos Estados. Em apoio, Jayme Campos lamentou o fato de Mato Grosso receber “uma ninharia” em *royalties* e pediu ao governo federal que cumpra sua parte para com o estado.

Ontem, em Plenário, Jayme Campos elogiou a iniciativa da TV Senado de reunir os três senadores de um mesmo estado para debater, ao vivo, questões locais e nacionais.



Pela bancada de Mato Grosso, Blairo Maggi (E), Jayme Campos e Pedro Taques tratam dos problemas do estado em programa da TV Senado

Dono de agência de turismo nega aliciamento de menores

O empresário José Lauro Rocha da Silva negou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Internacional de Pessoas as acusações de envolvimento com turismo sexual, corrupção de menores e favorecimento de prostituição no Amazonas.

José Lauro, proprietário da agência de turismo Santana Ecofish Safari, que atua em parceria com a empresa norte-americana Wet-A-Line, e os irmãos Admilson e Adilson Garcia da Silva são citados em processo criminal na Justiça Federal do Amazonas. Eles são acusados de aliciar menores para oferecê-las a turistas.

O empresário seria responsável por fornecer os barcos onde as meninas seriam prostituídas, e os outros atuariam como guias turísticos.

Reginaldo Batista, delegado da Polícia Federal, relatou investigação que comprova a venda, para estrangeiros, de pacotes turísticos no rio Negro (AM), incluindo programa

com menores. Segundo ele, há registros fotográficos do embarque das garotas em locais distantes das cidades.

– As garotas eram colocadas em embarcações menores e transferidas para os barcos com turistas estrangeiros – explicou.

Marinor Brito (PSOL-PA) ressaltou a gravidade dos crimes.

– São meninas indígenas, filhas de populações tradicionais – frisou a senadora.

A presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), condenou o desvirtuamento dos serviços de turismo ecológico.

A CPI soube do caso durante diligência em Manaus no início de julho. As denúncias foram citadas pelo jornal *The New York Times*, dando conta de que quatro indígenas de Autazes (AM) estariam processando a Wet-A-Line por danos morais.

Na reunião, também foi aprovado requerimento solicitando à Polícia Federal informações sobre o desaparecimento do paraense Marcelo Landislau da Silva Gomes.



José Lauro (E) defendeu-se das acusações na audiência com os senadores

Marinor critica governo do Pará por não pagar piso de magistério

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) criticou o governador do Pará, Simão Jatene, por dizer que não pagará o piso salarial de R\$ 1.187 aos professores do estado.

Segundo ela, a justificativa de falta de previsão orçamentária não é válida, pois o governador sabia, antes mesmo de se candidatar ao cargo, da aprovação pelo Congresso do piso nacional para o magistério. Ela acrescentou que também

já era sabido que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgaria uma ação contra o piso, o que ocorreu em abril.

– Não há o menor cabimento no discurso [de Jatene] de que foi o governo estadual pego no contrapé, surpreendido.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu Jatene, afirmando que o governo do Pará não pode conceder o aumento devido às limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal.